



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2025
REGISTRO DE PREÇO N. 11

OBJETO: AQUISIÇÃO MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA CONFECÇÃO DE MOLDES PARA PROTESES DENTÁRIAS

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ R\$ 20.850,20 (vinte mil oitocentos e cinquenta reais e vinte centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **05/09/2025** às **08h30min** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

LAURO ANTÔNIO BENEDETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO, faz saber pelo presente EDITAL, que está aberta a Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, IN nº 73, de 2022 e, conforme o caso, Código Civil, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, e que, às **08H30MIN DO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2025**, estará recebendo propostas e documentação para a licitação em destaque.

Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de DAVID CANABARRO/RS, na Rua Ernesto Rissatto, nº 265, ou pelo telefone (54) 3351-1214.

As empresas que desejarem participar do referido PREGÃO deverão efetuar os procedimentos junto ao sítio eletrônico, conforme determinado neste edital.



1. INTRODUÇÃO

O presente certame constitui procedimento formal e sério, regido pela legislação vigente, não se tratando de ato meramente informal ou recreativo. Assim, a responsabilidade pela veracidade, precisão e exatidão de todas as informações cadastradas, bem como pelo valor do lance ofertado durante a sessão, é exclusiva do licitante.

Não serão admitidos, sob qualquer hipótese, pedidos de desclassificação, desistência ou anulação de propostas decorrentes de falta de atenção, interpretação equivocada, arrependimento ou qualquer outro motivo imputável ao próprio participante.

Cabe às empresas, antes de apresentar proposta ou ofertar lance, analisar criteriosamente todas as condições do edital, do Termo de Referência e demais documentos, considerando inclusive a possibilidade de sagrarem-se vencedoras de apenas um ou alguns dos itens licitados, conforme o caso, hipótese na qual permanecerão obrigadas a efetuar a entrega integral dos produtos correspondentes aos itens adjudicados, nos prazos e condições estabelecidos.

A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições. Nos preços já estão inclusas todas as despesas tais como: despesa com funcionários, materiais utilizados, impostos, TRANSPORTES, taxas ou outras.

- 1.1. **O MUNICÍPIO DE DAVID CANABARRO**, por meio do Prefeito Municipal, Sr. **LAURO ANTÔNIO BENEDETTI**, torna público que realizará licitação sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO pelo critério de julgamento de menor preço para a realização dos serviços descritos no objeto, caracterizados e especificados no Termo de Referência, na forma da lei.
- 1.2. A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.
- 1.3. A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema Portal de Compras Públicas, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo (os próprios interessados) providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, **antes** da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.
- 1.4. As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos



meios de divulgação do Edital.

- 1.5. A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos.
- 1.6. As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos pelo site do Portal de Compras Públicas: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>
- 1.7. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do Portal de Compras Públicas em campo específico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>
- 1.8. O Pregoeiro responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.
- 1.9. Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>
- 1.10. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.
- 1.11. A impugnação possui efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 1.12. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, se for o caso.
- 1.13. A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos já estabelecidos, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. OBJETO

- 2.1. A presente licitação objetiva a CONTRATAÇÃO de empresas para Aquisição de materiais odontológicos para a confecção de moldes para próteses dentárias sob medida, para atender as necessidades do programa de saúde bucal do Município, de acordo com a PORTARIA GM/MS N.º 2.625 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023
- 2.2. Os itens deverão ser entregues nas formas, quantidades e prazos estabelecidos, atendendo as especificações constantes neste edital e seus anexos, bem como estarem acondicionados adequadamente, sob pena de não recebimento dos mesmos ou, após o recebimento, com procedimento de devolução.



- 2.3. Fica a cargo da empresa vencedora a entrega dos materiais nos locais onde o Município indicar.
- 2.4. As quantidades possíveis de serem contratadas são as informadas, no ANEXO I, deste edital.
- 2.5. Os quantitativos indicados no ANEXO I deste edital são meramente estimados, não acarretando qualquer obrigação quanto a sua contratação por parte desta municipalidade.
- 2.6. As quantidades que vierem a ser contratadas serão definidas em “Contrato” ou “Nota de Empenho”.
- 2.7. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar contratação, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
- 2.8. Tudo deverá ser executado nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 2.9. Os produtos não perecíveis serão entregues conforme necessidade do Município e os produtos perecíveis conforme necessidade e conforme cronograma de entrega, disponível junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. O cronograma poderá sofrer alteração durante o ano letivo.
- 2.10. Os produtos deverão ser entregues em local a ser determinado pelo Município, em até 05 (cinco) dias úteis, após requisição do Município.
- 2.11. Caso a CONTRATADA não emita o comprovante imediato da ordem de fornecimento expedida pelo Município, para fins de cumprimento do item anterior, considerar-se-á como recebida a ordem no primeiro dia útil seguinte a data do envio.
- 2.12. A validade dos produtos: 12 meses a partir da data de entrega, *salvo disposição expressa em contrário* para itens específicos, onde será de 24 meses;
- 2.13. A validade dos produtos perecíveis: a mais longa possível e somente na quantidade solicitada pelo Município ficando a troca sob responsabilidade do fornecedor.

3. DIVULGAÇÃO DO EDITAL

- 3.1. O edital será publicado, no máximo, até o dia 26/08/2025.
- 3.2. Data/Hora limite para recebimento de propostas juntamente com os documentos de habilitação exigidos no edital: 05/09/2025, às 08h30min.
- 3.3. Data/Hora da Abertura das Propostas: 05/09/2025, às 08h30min.
- 3.4. Data/Hora da Disputa: 05/09/2025, às 08h31min.
- 3.5. Endereço eletrônico para formalização de questionamentos e impugnações: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>
- 3.6. Sítio eletrônico da sessão: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>
- 3.7. Todas as referências de tempo deste certame observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.



4. DA PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 4.2. O Município apenas utiliza a plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS – PCP, **NÃO possuindo autonomia para auxiliar o interessado com relação ao cadastro junto ao sistema e demais dúvidas.** Para isso, o interessado deverá entrar em contato diretamente com a equipe técnica do sistema.
- 4.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.4. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.
- 4.6. Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s) categoria(s).
- 4.7. A ausência da declaração, naquele momento, significará a desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.8. **Não poderão participar deste Pregão as licitantes:**
 - a. suspensas de participar de licitação ou impedidas de contratar com este Município, com fulcro no art. 156, III, da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - b. sob processo de falência, dissolução ou liquidação;
 - c. declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública em qualquer esfera de governo, com fulcro no art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - d. proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/98;
 - e. proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92;
 - f. cujos objetos sociais não sejam compatíveis com o objeto deste Pregão.



- g. que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
 - h. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, nos termos do art. 14, V, da Lei 14.133/2021.
 - i. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do art. 14, VI, da Lei 14.133/2021.
- 4.9. Aplicam-se, no que couber, os demais incisos dispostos no art. 14 da Lei Federal 14.133/2021.

5. DO ENVIO DAS PROPOSTAS

- 5.1. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas neste Edital.
- 5.2. A partir da publicação/divulgação deste Edital, até a data e o horário previstos no item 3.2, os que desejarem participar poderão encaminhar as propostas e documentos de habilitação (ou retirar aquelas já enviadas) para o(s) lote(s) de interesse através do sítio eletrônico informado neste Instrumento.
- 5.3. A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.
- 5.4. A proposta de preço deverá ser encaminhada nos termos do Anexo I, devendo constar, sob pena de desclassificação, o VALOR UNITÁRIO E TOTAL POR ITEM, expresso em moeda corrente nacional (Real).
- 5.5. Deverá ser anexada Declaração de que a proposta econômica da empresa compreende a integralidade dos custos (declaração de integralidade de custos – anexo II) para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo Anexo II. Caso esta declaração não seja apresentada, a empresa restará desclassificada.
- 5.6. Nos preços propostos serão considerados todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, materiais, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, objeto desta licitação, não



sendo aceitas quaisquer reivindicações de pagamento adicional por erro ou má interpretação da licitante.

- 5.7. Entende-se por encargos referentes à proposta os tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria), contribuições fiscais e para-fiscais, emolumentos, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, máquinas e ferramental, transporte de material, de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.
- 5.8. Somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado do item.
- 5.9. Deverão constar na proposta todos os dados da empresa, tais como razão social, CNPJ, endereço completo, número de telefone, e correio eletrônico.
- 5.10. O upload da proposta no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> será de total responsabilidade do licitante, o qual deverá se certificar de que a proposta anexada seja visível e legível em sua integralidade, em folha de tamanho A4, sem a necessidade de qualquer ação da Administração que não seja abrir e imprimir o arquivo, sob pena de desclassificação.
- 5.11. O valor proposto para os serviços cotados deverá ser o mesmo informado na proposta anexada ao sistema, sob pena de desclassificação. É de total responsabilidade do licitante o correto preenchimento do valor junto ao sistema, levando em consideração o critério de julgamento da licitação. Após a abertura das propostas no horário designado, não é possível alterar valores lançados de forma incorreta no sistema.
- 5.12. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a aquisição do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação por parte da licitante.
- 5.13. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Caso a empresa não informe este prazo em sua proposta, será considerado automaticamente como sendo 60 (sessenta) dias.
- 5.14. **A empresa deverá apresentar a proposta indicando, OBRIGATORIAMENTE, a MARCA do produto ofertado.**

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1. A partir do horário previsto para a abertura das propostas terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, quando o Pregoeiro receberá as propostas dos licitantes.
- 6.2. As propostas serão ordenadas pelo sistema e o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.3. Participarão da fase competitiva todas as empresas que apresentarem as propostas.



- 6.4. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances.
- 6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7. DA DISPUTA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

- 7.1. O modo de disputa será aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, decrescentes, nos termos do art. 56, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.2. Aberta etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.
- 7.3. Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.
- 7.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 0,10 (dez centavos)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.
- 7.5. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de seu registro e valor.
- 7.6. O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.
- 7.8. Durante o transcurso da disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.
- 7.9. **Caso o licitante perceba que inseriu valor incorreto no campo específico para lance, deverá, imediatamente, solicitar o cancelamento do último lance através do chat.**
- 7.10. **Não serão aceitas solicitações de desclassificação ao final da sessão.**
- 7.11. **Somente será anulado o último lance ofertado pela empresa, levando-se em consideração a justificativa de erro no momento do lançamento do valor. Não serão anulados lances anteriores a este.**



- 7.12. No caso de desconexão do sistema do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.13. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos licitantes.
- 7.14. O modo de disputa será o aberto. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.15. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 7.16. Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 7.17. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.18. Encerrada a etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de **EMPATE**, nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurado, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 4.6 deste Edital.
- a. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- 7.19. Ocorrendo o **EMPATE**, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- a. A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- b. Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 7.18 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.
- 7.20. O disposto no item 7.19 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.



- 7.21. Se não houver licitante que atenda ao item 7.19 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 60 da Lei 14.133/2021, nesta ordem:
- Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.22. **Persistindo o EMPATE**, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - empresas brasileiras;
 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.23. Encerrada a etapa de **envio de lances** da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.
- 7.24. Encerrada a etapa de **negociação**, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência da Administração.
- 7.25. Todos os licitantes participantes e classificados para o item devem estar cientes que, caso a licitante detentora do menor valor vier a ser desclassificada, o Pregoeiro procederá a renegociação do lote com a próxima classificada, obedecendo a ordem de classificação.
- O valor partirá do último lance ofertado pela empresa ora classificada.
 - Não será aceita solicitação de desclassificação nesta etapa.
- 7.26. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.



8. DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

- 8.1. **Considerando o disposto no Art. 59, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, a análise da conformidade das propostas se dará após o encerramento da sessão de lances e exclusivamente em relação ao licitante mais bem classificado após a disputa.**
- 8.2. Concluída a etapa de lances ou a negociação, quando houver, e efetuado o procedimento previsto no item anterior deste edital, será aberto o prazo de 2h (duas) horas, para a empresa vencedora realizar o upload no sistema da proposta final atualizada, bem como da declaração de Integralidade de Custos, conforme Modelo Anexo II.
- 8.3. Caso o lance final seja diverso do inicial, o valor unitário deverá ser atualizado na aba correspondente, durante o prazo disponibilizado.
- 8.4. A pedido da empresa ou por decisão do Pregoeiro, tal prazo poderá ser prorrogado.
- 8.5. Será **desclassificada** a proposta que:
- a. não atender a todos os requisitos exigidos no item 5 deste Edital;
 - b. contiver opções alternativas;
 - c. divergir dos termos deste edital;
 - d. omitir-se em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
 - e. contiver vícios insanáveis;
 - f. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação, mesmo após negociação;
 - g. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - h. se opuser a qualquer dispositivo legal vigente.
- 8.6. Serão desconsideradas, para efeito de julgamento, vantagens não previstas neste Edital.
- 8.7. Em caso de divergência entre valores numerais e valores por extenso, prevalecerão estes últimos, entre unitários e totais, os primeiros.
- 8.8. Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Presidente da Comissão de Contratação e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.
- 8.9. Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Presidente da Comissão de Contratação poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.



- 8.10. Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor global, passará o Agente de Contratação ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Deverá constar na documentação a consulta consolidada ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.
- 9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));
 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 9.3. O licitante deverá anexar ao sistema até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, os documentos a seguir relacionados.
- 9.4. **As EMPRESAS CADASTRADAS no Cadastro de Fornecedores do Departamento de Compras e Licitações do Município deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação, em vigor:**
- Certificado de Registro ao Fornecedor (**CRF**), expedido por esta Prefeitura no ato do Cadastramento **em vigor**, (ou seja, com todos os documentos em vigor), no caso de documentos com prazo de validade vencido, a licitante poderá anexar junto ao CRF, os documentos atualizados na forma de cópia reprográfica autenticada, salvo os emitidos via internet. – Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, além de toda a documentação exigida, ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social (Ato Constitutivo).
 - Declaração da licitante**, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, (**modelo anexo IV**), sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato



impeditivo para contratar com o Poder Público, assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

- c. **Declaração da licitante** de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, **(modelo anexo V)**, assinada por representante(s) legal(is) da empresa.
- d. Declaração da licitante indicando endereços eletrônicos para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, declarando se comprometer com o acompanhamento diário dos endereços eletrônicos, providenciando a confirmação de recebimento, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is), conforme modelo do **anexo VIII**.
- e. **Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e em outras normas, conforme modelo anexo VI. Esta declaração deverá ser adaptada caso a empresa se submeta ao regramento contido no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 ou não, conforme opções constantes no modelo.
- f. **Declaração da licitante** de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021 – ANEXO X.

9.5. **As empresas NÃO CADASTRADAS no Cadastro de Fornecedores do Departamento de Compras e Licitações do Município deverão** apresentar os seguintes documentos de habilitação, em vigor na data de abertura da Sessão Pública do Pregão:

9.5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA.

- a. Registro Comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente, registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores;
- b. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;



- c. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir em vigor.
 - i. A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado acima, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso houver.
 - ii. Somente serão habilitadas as empresas que apresentarem, além de toda a documentação exigida, ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social (Ato Constitutivo).
- d. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- e. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (DIRE - DIC) ou municipal (ALVARÁ), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.5.2. HABILITAÇÃO FISCAL E SOCIAL

- a. Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, em vigor.
- b. Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual, em vigor.**
- c. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal da sede do licitante**, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame. As Certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 06 (seis) meses.
- d. Comprovante de **inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e. Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, **FGTS, em vigor**, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.5.3. REGULARIDADE TRABALHISTA

- a. Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme determinação da Lei Federal n.º 12.440/2011, em vigor.



9.5.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a. **Certidão Negativa de Falência e Concordata / Recuperação Judicial**, em vigor, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. As certidões, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

OBS.: a documentação e informações contidas nos itens 9.6 ao 9.12 se referem tanto às empresas cadastradas como as não cadastradas.

9.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de habilitação de qualificação técnica as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- a. Declaração, de que recebeu todos e documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação - modelo.
- b. A declaração da Vigilância Sanitária - **ALVARÁ SANITÁRIO/LICENÇA DE FUNCIONAMENTO**, emitido pelas autoridades sanitárias locais.
- c. Autorização de funcionamento junto à ANVISA, quando aplicável.
- d. Certificados que comprovem que os produtos atendem às normas sanitárias vigentes.
- e. Comprovação de que os materiais seguem normas da ABNT ou ISO específicas para produtos odontológicos.

9.7. DECLARAÇÕES

- a. **DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS** demonstrando que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas – anexo II;
- b. **DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO** das condições do edital e seus anexos – anexo III;
- c. Declaração da licitante, de que não pesa contra si, **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**, (modelo anexo IV), sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, assinada por representante(s) legal(is) da empresa.



- d. **DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, inciso XXXIII**, da Constituição Federal, (modelo anexo V), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.
- e. **DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e em outras normas. Esta declaração deverá ser adaptada caso a empresa se submeta ao regramento contido no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 ou não, conforme opções constantes no modelo anexo VI;
- f. **DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**, a fim de identificar o representante legal da empresa participante – anexo VII;
- g. **DECLARAÇÃO DA LICITANTE INDICANDO ENDEREÇOS ELETRÔNICOS** válido para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, Declarando se comprometer com o acompanhamento diário dos endereços eletrônicos, providenciando a confirmação de recebimento, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is), conforme modelo do anexo VIII.
- h. **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** ou cooperativa para fruição dos benefícios da lei complementar Nº123/2006 – anexo IX
- i. **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO** com órgão público tenha vínculo direta ou indiretamente com a Administração Pública Municipal de DAVID CANABARRO/RS, que impeça de contratar com a os citados no Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133/2021 – anexo X

9.8. DOS BENEFÍCIOS LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

- a. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que pretendem se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 ao 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e posteriores alterações, deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas enquadram-se nessa(s) categoria(s).
- b. A ausência da declaração, naquele momento, significará a desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar nº 123/2006.
- c. A microempresa e a empresa de pequeno porte, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, tais como: INSS, FGTS, RECEITA FEDERAL, RECEITA ESTADUAL, RECEITA MUNICIPAL, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à



convocação para a apresentação dos documentos de habilitação, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo. A não regularização da documentação, no prazo, implicará na decadência do direito à contratação.

- d. A microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, deverá apresentar todos os documentos elencados no **Item 9.4** e/ou **9.5** no momento da fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição. Se não apresentar qualquer um dos documentos fiscais, tais como: INSS, FGTS, RECEITA FEDERAL, RECEITA ESTADUAL, RECEITA MUNICIPAL, mesmo com restrições, a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, será automaticamente inabilitada.

9.9. DAS AUTENTICAÇÕES E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS

- a. Os documentos apresentados na forma de cópias reprográficas deverão estar autenticados, exceto os emitidos via internet.
- b. A autenticação dos documentos feita por servidor municipal somente será realizada **mediante apresentação do documento original**.
- c. Caso a licitante não autentique os documentos nesta Prefeitura, deverá fazê-lo em cartório, ou poderá apresentar declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme permissivo constante no art. 12, IV, da Lei 14.133/21.
- d. Não serão feitas cópias de documentos na Prefeitura.

9.10. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação devem:

- a. Estar em nome da matriz se a licitante for a matriz.
- b. Estar todos em nome da filial se a licitante for filial, salvo aqueles documentos que são legalmente válidos tanto para matriz como para filial.
- c. Deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente, se a licitante for a matriz e a fornecedora dos serviços for a filial.

9.11. DO CONSÓRCIO

Não é permitido Consórcio entre empresas.



9.12. INABILITAÇÃO

Serão inabilitadas as empresas que não atenderem as exigências de habilitação contidas neste edital ou as que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente.

10. ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÃO E RECURSO

- 10.1. Quaisquer informações, esclarecimentos e dúvidas decorrentes da interpretação do Edital poderão ser solicitadas por escrito até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para o recebimento das propostas através de campo específico no Portal de Compras Públicas - <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.
- 10.2. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, empresas e outros poderão impugnar o ato convocatório do pregão.
- 10.3. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para o recebimento abertura das propostas. As solicitações mencionadas no subitem 10.1, deverão ser encaminhadas por meio eletrônico via internet para o endereço <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>
- 10.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.
- 10.5. Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, abrir-se-á prazo para qualquer licitante manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso contra ato praticado no certame, podendo qualquer licitante inconformada com o resultado, registrar em ata as razões de interpor recurso. Caso haja recurso, os interessados poderão apresentar as razões do recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
 - a. O tempo para manifestação de intenção de recurso será de 10 minutos.
 - b. A manifestação de recurso deve ser feita em campo específico no Portal Eletrônico.
- 10.6. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.
- 10.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.9. A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes ao término da sessão pública importará na decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, dar-se-á a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.



- 10.10. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses
- 10.11. **Os recursos deverão ser anexados ao sistema, junto ao Portal Eletrônico.**
- a. Não serão conhecidos recursos enviados por e-mail ou entregues de outra forma que não seja junto ao referido sistema.
- b. Nos recursos e/ou impugnações serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos, e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.
- 10.12. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação para a licitante vencedora, que será convocada para assinar o Contrato, quando houver, no prazo estabelecido neste edital contados da devida convocação.
- 10.13. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.
- 10.14. Para definição dos prazos, será levado em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

- 11.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante que ofertou o menor valor será declarada vencedora.
- 11.2. Em caso de desatendimento às exigências para habilitação, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 11.3. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação para a licitante que ofertou o menor valor, sendo encaminhado o processo para homologação por parte do Prefeito Municipal.
- 11.4. A aquisição do serviço com o fornecedor que tem o menor preço será autorizada pela Prefeitura, por intermédio de Contrato ou emissão de Nota de Empenho, sempre que houver necessidade de aquisição.



12. DAS PENALIDADES

12.1. A ADMINISTRAÇÃO, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 104 e 156, incisos I, II, III, IV e §1º ao § 9º da Lei Federal nº 14.133/21, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto na presente Ata de Registro de Preços e/ou com a proposta apresentada.

II - Pelo atraso no fornecimento dos produtos, além do prazo estipulado, aplicação de multa na razão de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da Nota de Empenho, até 5 (cinco) dias consecutivos de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada as penas previstas no art. 156, III, §4º, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo máximo 36 (trinta e seis) meses

II – Fornecimento em desacordo com o solicitado, não atendimento as impugnações, não correção e/ou reparo, será aplicada de multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156,

III, § 4º, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses

IV - Quando da reincidência em imperfeição já notificada pela ADMINISTRAÇÃO, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho por reincidência, sendo que a COMPROMITENTE FORNECEDORA terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação do fornecimento. Após 3 (três) reincidências e/ou após o prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses.

§ 1º. Com fundamento no artigo 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de David Canabarro - RS pelo prazo máximo de 3 (três) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a COMPROMITENTE FORNECEDORA que:

a - dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

c - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e - não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação formalização, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



§ 2º. Com fundamento no artigo 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a COMPROMITENTE FORNECEDORA que: que:

- a - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços;
- b - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução;
- c - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 3º. Para os fins da Subcondição “c” do § 2º, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal.

§ 4º. Na aplicação das penalidades previstas a ADMINISTRAÇÃO considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da COMPROMITENTE FORNECEDORA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe os artigos 156 e 157 da Lei nº. 14.133/21.

§ 5º. As penalidades serão registradas no cadastro da COMPROMITENTE FORNECEDORA, quando for o caso.

§ 6º. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou COMPROMITENTE FORNECEDORA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 7º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 8º. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).

§ 9º. Será facultada apresentação de defesa prévia na ocorrência de quaisquer das situações previstas, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses.

13. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

- 13.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



- 13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 13.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 13.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado Neste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 13.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
 - b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 13.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

14. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

- 14.1. O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá no prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até a vigência máxima prevista em lei.

15. DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 15.1. A contratada, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o reequilíbrio econômico dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do serviço quando solicitado pela Administração, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.



- 15.2. O Município poderá, na vigência do contrato, solicitar a redução dos preços registrados, garantido a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional.
- 15.3. Havendo prorrogação do prazo de vigência contratual, poderá haver reajuste de valores pagos para a contratada, sendo que utilizar-se-á o índice do IPCA acumulado no período já decorrido do contrato para fins de atualização.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. Somente poderão participar da Licitação, empresas legalmente constituídas e que estejam habilitadas e capacitadas a executar o seu objeto e que satisfaçam, integralmente, a todas as condições do Edital.
- 16.2. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, o cancelamento do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 16.3. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- 16.4. De todas as reuniões lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual se mencionará tudo o que ocorrer no ato. A ata será assinada pelo Pregoeiro e sua equipe e pelos representantes legais presentes devidamente credenciados.
- 16.5. Agentes Públicos, assim considerados aqueles do art. 6º, V, da Lei nº 14.133/21, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membro da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta), por determinação do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, tendo em vista a vedação expressa de contratar com o Município.
- 16.6. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da proposta.
- 16.7. A participação na Licitação implica na aceitação integral e irrevogável pelas Licitantes, dos termos, cláusulas, condições e Anexos do Edital, que passarão a integrar o Contrato como se transcrito, com lastro na legislação referida no preâmbulo da Licitação, bem como na observância das normas técnicas aplicáveis,



não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

- 16.8. A Administração poderá **revogar** a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar.
- 16.9. O presente processo licitatório poderá ser **revogado** se, no curso do certame, for verificado que o Termo de Referência contempla valores que não representam o efetivo valor de mercado para o objeto licitado; medida que se efetivará através de prévio e fundamentado despacho, sem que assista direito de indenização aos partícipes do certame.
- 16.10. O documento legal de compromisso entre a licitante e a municipalidade será a “Ata de Registro de Preços” (Anexo XI).
- 16.11. Para aquisição do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das dotações orçamentárias que seguem:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2060 – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF, PACS, PIM E AGVS)

33903000000000: 1500/0040 - 850 - MATERIAL DE CONSUMO

33903000000000: 1600/4500 - 851 - MATERIAL DE CONSUMO

33903000000000: 1621/4090 - 853 - MATERIAL DE CONSUMO

33903000000000: 1621/4011 - 852 - MATERIAL DE CONSUMO

33903000000000: 1500/0040 - 854 - MATERIAL DE CONSUMO

33903000000000: 1500/0040 - 858 - MATERIAL DE CONSUMO

33903000000000: 1600/4500 - 859 - MATERIAL DE CONSUMO

33903000000000: 1621/4090 - 861 - MATERIAL DE CONSUMO

33903000000000: 1621/4011 - 860 - MATERIAL DE CONSUMO

- 16.12. O trâmite do procedimento licitatório estará disponível no Portal de Compras Públicas, e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) sendo de responsabilidade exclusiva da licitante a obtenção ou consulta dos documentos disponibilizados.

- 16.13. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	-	Relação de itens / Modelo de Proposta
Anexo II	-	Modelo Declaração de Integralidade de Custos
Anexo III	-	Declaração de conhecimento dos termos do edital
Anexo IV	-	Modelo de Idoneidade
Anexo V	-	Modelo de declaração de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII do CF
Anexo VI	-	Modelo Declaração de Reserva de Cargos
Anexo VII	-	Modelo de Credenciamento
Anexo VIII	-	Modelo Declaração Indicando Endereço Eletrônico.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO



Anexo IX	-	Mod. Dec. De microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa
Anexo X	-	Declaração de inexistência de vínculo
Anexo XI	-	Ata de Registro de Preços
Anexo XII	-	Termo de Referência

David Canabarro/RS, 26 de agosto de 2025.

Lauro Antônio Benedetti
Prefeito Municipal.

Aprovado:
Miguel Boeno da Silva
OAB/RS nº. 104.527



ANEXO I
RELAÇÃO DE ITENS / FORMULÁRIO PROPOSTA

Nome da empresa (Razão Social): _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CNPJ: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Item	Descrição dos Produtos	Qtde	Un	Marca	Valor unitário
1.	Alginato Avagel Tipo II - Dentsply Sirona • Embalagem com 410g. • VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	20	Un		
2.	Alginato Tipo I Jeltrate Plus - Dentsply Sirona • Embalagem com 454g. • VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	20	Un		
3.	Alicate Ortodôntico Angle Bending 139 • Embalagem com 1 unidade.	2	Un		
4.	Alicate Ortodôntico de Bico Chato Nº 121 • Embalagem com 1 unidade.	2	Un		
5.	Alicate, tipo Torquês Turquesa, 12 Polegadas	2	Un		
6.	Babador Impermeável Branco - Tamanho 30cmx40cm • Embalagem com 100 unidades.	40	Pac		
7.	Broca de Tungstênio Maxicut PM Corte liso médio 70. Fabricada em carbeto de tungstênio. Formato: Bala. Diâmetro da parte ativa: Ø 060 (6mm). Comprimento da parte ativa (L): 14mm.	2	Un		
8.	Broca Ninja de Tungstênio Corte Grosso PM - Peça de mão. • Embalagem com 1 unidade.	2	Un		
9.	Cera 7 Rosa Lâmina – tipo Lysanda Embalagem com 18 lâminas de cera. • VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA 25,00	10	Cx		
10.	Cera utilidade Utilidade – marca brasileira tipo Lysanda • Embalagem com 5 unidades. • VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	5	CX		
11.	Compasso de ponta seca • Embalagem com 1 unidade.	3	un		
12.	Compasso de Willis • Embalagem com 1 unidade.	3	Un		
13.	Concha De Alumínio	3	Un		
14.	Cuba de Borracha Grande – alginato • Embalagem com 1 unidade .	12	Un		
15.	Disco Diamantado para Troquel • Embalagem com 1 unidade.	12	Un		
16.	Escala de cores NEW ACE YAMAHACHI - cores A1 - D4 - Com 16 cores	2	Un		
17.	Escova de Aço para Polimento PM • Embalagem com 1 unidade	4	Un		
18.	Esculpidor Hollembach 3S • Embalagem com 1 unidade.	4	Un		
19.	Esculpidor Lecron • Embalagem com 1 unidade.	4	Un		
20.	Esculpidor Lecron Nº 5 Oitavado – • Embalagem com 1 unidade.	4	Un		
21.	Espátula Dupla Para Cera Nº 31 • Embalagem com 1 unidade.	5	Un		



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO



22.	Espátula para Cera N° 7 • Embalagem com 1 unidade.	12	Un		
23.	Espátula Plástica Cigana para Alginato • Embalagem com 1 unidade.	12	Un		
24.	Espátula Simples N° 24 – • Embalagem com 1 unidade.	12	Un		
25.	Especímetro instrumental odontológico • Embalagem com 1 unidade	4	Un		
26.	Faca para Gesso Cabo de Plástico • Embalagem com 1 unidade.	4	Un		
27.	Gesso Comum Tipo II - Na cor Branca. • Embalagem com 1kg. • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	40	Un		
28.	Gesso Pedra Tipo III Na cor Amarela. • Embalagem com 1kg. • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	40	Un		
29.	Lamparina a Álcool • Embalagem com 1 unidade.	4	Un		
30.	Lamparina Hannau Life Point Simples - S. E. Comercial • Embalagem com 1 unidade.	4	Un		
31.	Mandril PM • Embalagem com 1 unidade.	4	Un		
32.	Medidor de água para alginato - Conjunto	5	Un		
33.	Medidor de pó para alginato - Conjunto;	5	Un		
34.	Micromotor de Bancada LB100 - Bivolt. • Unidade de comando LED de energia e/ou comando • Função Avanço/Reverso • Função Manual/Pausa • Display de velocidade • Botão de velocidade • Conector do motor • Conector do pedal • Cabo de alimentação • Liga (I)/Desliga (0) • Pedal • Suporte de bancada • Mandril de segurança • Anel central para abertura de pinça • Peça de mão / Caneta • Embalagem com 1 unidade.	2	Un		
35.	Moldeira Total Perfurada de Plástico Sortidas. • Embalagem com 16 unidades. 8 inferiores e 8 superiores.	4	PAC		
36.	Moldeira Total Perfurada de Plástico - Tamanho 4. • Embalagem com 2 unidades (1 inferior e 1 superior).	4	Pac		
37.	Moldeira Total Perfurada de Plástico - Tamanho 5. • Embalagem com 2 unidades (1 inferior e 1 superior).	4	Pac		
38.	Moldeira Total Perfurada de Plástico - Tamanho 6. • Embalagem com 2 unidades (1 inferior e 1 superior).	4	Pac		
39.	Pasta Zinco-Enólica – marca brasileira tipo Lysanda - Kit com 1 pasta base de 60g e 1 pasta aceleradora de 60g • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	10	Kit		
40.	Pinça Para Carbono Tipo Muller • Embalagem com 1 unidade.	6	Un		
41.	Pinceis Chato Para Pintura Tecido Madeira tamanho 10 mm	5	Un		
42.	Pinceis Chato Para Pintura Tecido Madeira tamanho 20 mm	5	Un		
43.	Placa de vidro de 1cm de espessura, 8cmX 15cm	12	Un		
44.	Polidor de Acrílico Exa-Technique PM – TIPO Edenta ogiva amarela	5	Un		
45.	Polidor de Acrílico Exa-Technique PM – TIPO Edenta ogiva cinza	5	Un		
46.	Polidor de Acrílico Exa-Technique PM – TIPO Edenta ogiva verde	5	Un		
47.	Pote Dappen de Silicone • Embalagem com 1 unidade.	10	Un		
48.	Pote Paladon de Vidro Com Tampa – • Embalagem com 1 unidade.	5	Un		
49.	Prendedor de Babador Jacaré Corrente • Embalagem com 1 unidade.	5	Un		
50.	Régua Fox com Arco - Fabricado em Alumínio. • Embalagem com 1 unidade	2	Un		
51.	Régua metálica milimetrada;	5	Un		



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO



52.	Régua Plástica Flexível, mínimo 15 cm.	3	Un		
53.	RESINA - AUTO POLIMERIZÁVEL, LÍQUIDA 1000ML, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	5	Un		
54.	Resina Acrílica Autopolimerizável em Pó – TDV Embalagem com 450g. COR ROSA • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	5	Un		
55.	Resina Acrílica Autopolimerizável em Pó – TDV Embalagem com 450g. COR INCOLOR • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	5	Un		
56.	Tesoura cirúrgica íris reta 11,5cm em aço inox	10	Un		
57.	Vaselina Sólida 500g – marca brasileira tipo Lysanda • Embalagem com 500g. • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	5	Um		
58.	Conformador de cera	5	Un		

Obs.: Além do valor unitário e valor total, a empresa deverá incluir, obrigatoriamente, a **marca** do produto que está cotando.

VALOR TOTAL R\$

Assinatura do representante legal



ANEXO II

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO/RS
PREGÃO N° 19/2025

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, por meio de seu representante legal, Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ..., portador da cédula de identidade nº ..., residente e domiciliado na Rua, nº ..., Bairro, na cidade de, DECLARA, sob as penas da lei, que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

....., de....., de 2025.

Assinatura do representante legal



ANEXO III

MODELO

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO/RS
PREGÃO N ° 19/2025

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E SEUS ANEXOS

A empresa: _____ (razão social), devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº. _____ com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de cumprimento do exigido no Pregão Presencial nº. 18/2025, DECLARA que tem pleno conhecimento deste Edital e seus Anexos, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias, os quais possibilitaram a correta elaboração de sua proposta comercial, declarando por fim, que aceita e submete-se a todas as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____, ____ de _____ de 2025

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO



ANEXO IV

MODELO

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO/RS

PREGÃO N^o 19/2025

Declaração de Idoneidade

A empresa inscrita no CNPJ sob o n^o, estabelecida na Rua, n^o, Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o n^o, RG n^o, residente e domiciliado na Rua ..., n^o ..., Bairro ..., na cidade de, DECLARA, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal



ANEXO V

MODELO

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO/RS
PREGÃO N° 19/2025

DECLARAÇÃO

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº....., estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, RG nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro, na cidade de, DECLARA para os fins de direito, na qualidade de licitante que em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º. da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal



ANEXO VI

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO/RS
PREGÃO N° 19/2025

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

VERIFICAR SE A EMPRESA SE SUBMETE AO REGRAMENTO CONTIDO NO ART. 93
LEI 8.213/91.

**EM CASO POSITIVO, UTILIZAR O MODELO 1. EM CASO NEGATIVO, UTILIZAR O
MODELO 2.**

MODELO 1

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº
..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro,
(estado civil), inscrito no CPF sob o nº, carteira de identidade nº, residente e
domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro, na cidade de, **DECLARA** para os fins de direito,
na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO
ELETRÔNICO nº. 18/2025, que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista no Art.
93 da Lei 8.213/91, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência e
para reabilitado da Previdência Social.

MODELO 2

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº
..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro,
(estado civil), inscrito no CPF sob o nº, carteira de identidade nº, residente e
domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro, na cidade de, **DECLARA** para os fins de direito,
na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO
ELETRÔNICO nº. 18/2025, que está ciente do regramento constante no Art. 93 da Lei
8.213/91 quanto às exigências de reserva de cargos prevista para pessoa com deficiência e
para reabilitado da Previdência Social, e que não se enquadra na referida obrigação legal
até a presente data.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

, de de 2025

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO VII

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO/RS
PREGÃO N° 19/2025.

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do presente, credenciamos o Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ..., portador da cédula de identidade nº ..., residente e domiciliado na Rua, nº ..., Bairro, na cidade de, a participar da licitação instaurada pelo Município de DAVID CANABARRO, na modalidade de Pregão, sob o nº 12/2025, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., de....., de 2025.

Assinatura do representante legal



ANEXO VIII

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO/RS

PREGÃO N° 19/2025

DECLARAÇÃO PARA INDICAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, carteira de identidade nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro, na cidade de, **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 19/2025, que indica o seguinte endereço eletrônico: _____ para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, Declarando ainda, que se compromete com o acompanhamento diário do endereço eletrônico, providenciando a confirmação de recebimento, além de informar imediatamente a alteração do endereço indicado.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

, de de 2025

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO IX

MODELO

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO/RS

PREGÃO N° 19/2025

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI
COMPLEMENTAR Nº123/2006**

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº....., estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, RG nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro ..., na cidade de, DECLARA, para os fins do disposto na Lei Complementar nº. 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

() - **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

() - **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

() - **COOPERATIVA**, conforme disposto nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO X

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM ÓRGÃO PÚBLICO

Eu, _____, portador do RG nº _____, CPF nº _____, declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, que nenhum dos sócios, diretores, administradores e afins da empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, tenha vínculo direta ou indiretamente com a Administração Pública Municipal de DAVID CANABARRO/RS, que impeça de contratar com a os citados no Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme segue:

“Lei nº 14.133/2021, de 01/04/2021, art. 14, IV.

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

...

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;”

Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299, do Código Penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a Administração Pública, além de me obrigar a restituir aos cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.

_____, _____ DE _____ DE _____

DECLARANTE

EMPRESA



ANEXO X
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
19/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE DAVID CANABARRO E ...,
NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR
ESTABELECIDAS.

O **MUNICÍPIO DE DAVID CANABARRO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 88.203.088/0001-90, estabelecida na Ernesto Rissato, nº 265, Centro, na cidade de David Canabarro / RS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Lauro Antônio Benedetti, portador do CPF nº 502.159.300-53, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO** e a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº, Bairro, na cidade de, neste ato representada pelo Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, carteira de identidade nº, residente e domiciliado na Rua, nº, Bairro, na cidade de, doravante denominada **COMPROMITENTE FORNECEDORA**, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do **Pregão Eletrônico n.º 19/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente ATA tem por objeto e finalidade o REGISTRO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA CONFECÇÃO DE MOLDE PARA PROTESES DENTÁRIAS, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do Pregão nº 19/2025 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

I - Quantidades máximas possíveis para aquisição:

Item	Descrição dos Produtos	Qtide	Un
1.	Alginato Avagel Tipo II - Dentsply Sirona <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 410g.VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	20	Un
2.	Alginato Tipo I Jeltrate Plus - Dentsply Sirona <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 454g.VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	20	Un
3.	Alicate Ortodôntico Angle Bending 139 – <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	2	Un
4.	Alicate Ortodôntico de Bico Chato Nº 121 <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	2	Un
5.	Alicate, tipo Torquês Turquesa, 12 Polegadas	2	Un
6.	Babador Impermeável Branco - Tamanho 30cmx40cm <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 100 unidades.	40	Pac
7.	Broca de Tungstênio Maxicut PM Corte liso médio 70. Fabricada em carbeto de tungstênio. Formato: Bala. Diâmetro da parte ativa: Ø 060 (6mm). Comprimento da parte ativa (L): 14mm.	2	Un
8.	Broca Ninja de Tungstênio Corte Grosso PM - Peça de mão. <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	2	Un
9.	Cera 7 Rosa Lâmina – tipo Lysanda Embalagem com 18 lâminas de cera.	10	Cx



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO



10.	<ul style="list-style-type: none">VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA Cera utilidade Utilidade – marca brasileira tipo Lysanda <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 5 unidades.VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	5	Un
11.	Compasso de ponta seca <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	3	un
12.	Compasso de Willis <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	3	Un
13.	Concha De Alumínio	3	Un
14.	Cuba de Borracha Grande – alginato <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade .	12	Un
15.	Disco Diamantado para Troquel <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	12	Un
16.	Escala de cores NEW ACE YAMAHACHI - cores A1 - D4 - Com 16 cores	2	Un
17.	Escova de Aço para Polimento PM <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade	4	Un
18.	Esculpidor Holleback 3S <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	4	Un
19.	Esculpidor Lecron <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	4	Un
20.	Esculpidor Lecron Nº 5 Oitavado – <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	4	Un
21.	Espátula Dupla Para Cera Nº 31 <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	5	Un
22.	Espátula para Cera Nº 7 <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	10	Un
23.	Espátula Plástica Cigana para Alginato <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	10	Un
24.	Espátula Simples Nº 24 – <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	10	Un
25.	Especímetro instrumental odontológico <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade	3	Un
26.	Faca para Gesso Cabo de Plástico <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	5	Un
27.	Gesso Comum Tipo II - Na cor Branca. <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1kg.VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	40	Un
28.	Gesso Pedra Tipo III Na cor Amarela. <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1kg.VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	40	Un
29.	Lamparina a Álcool <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	3	Un
30.	Lamparina Hannau Life Point Simples - S. E. Comercial <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	3	Un
31.	Mandril PM <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	4	Un
32.	Medidor de água para alginato – Conjunto	5	Un
33.	Medidor de pó para alginato - Conjunto;	5	Un
34.	Micromotor de Bancada LB100 - Bivolt. <ul style="list-style-type: none">Unidade de comando LED de energia e/ou comandoFunção Avanço/ReversoFunção Manual/PausaDisplay de velocidadeBotão de velocidadeConector do motorConector do pedalCabo de alimentaçãoLiga (I)/Desliga (0)PedalSuporte de bancadaMandril de segurançaAnel central para abertura de pinçaPeça de mão / CanetaEmbalagem com 1 unidade.	2	Un
35.	Moldeira Total Perfurada de Plástico Sortidas. <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 16 unidades. 8 inferiores e 8 superiores.	4	PAC



36.	Moldeira Total Perfurada de Plástico - Tamanho 4. <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 2 unidades (1 inferior e 1 superior).	4	Pac
37.	Moldeira Total Perfurada de Plástico Tamanho 5. <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 2 unidades (1 inferior e 1 superior).	4	Pac
38.	Moldeira Total Perfurada de Plástico Tamanho 6. <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 2 unidades (1 inferior e 1 superior).	4	Pac
39.	Pasta Zinco-Enólica – marca brasileira tipo Lysanda Kit com 1 pasta base de 60g e 1 pasta aceleradora de 60g <ul style="list-style-type: none">VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	10	Kit
40.	Pinça Para Carbono Tipo Muller <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	6	Un
41.	Pinceis Chato Para Pintura Tecido Madeira tamanho 10 mm	5	Un
42.	Pinceis Chato Para Pintura Tecido Madeira tamanho 20 mm	5	Un
43.	Placa de vidro de 1cm de espessura, 8cmX 15cm	10	Un
44.	Polidor de Acrílico Exa-Technique PM – Edenta ogiva amarela	5	Un
45.	Polidor de Acrílico Exa-Technique PM – Edenta ogiva cinza	5	Un
46.	Polidor de Acrílico Exa-Technique PM – Edenta ogiva verde	5	Un
47.	Pote Dappen de Silicone <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	10	Un
48.	Pote Paladon de Vidro Com Tampa – <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	5	Un
49.	Prendedor de Babador Jacaré Corrente <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade.	5	Un
50.	Régua Fox com Arco - Fabricado em Alumínio. <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 1 unidade	2	Un
51.	Régua metálica milimetrada;	5	Un
52.	Régua Plástica Flexível, mínimo 15 cm.	3	Un
53.	RESINA - AUTO POLIMERIZAVEL, LÍQUIDA 1000ML, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, <ul style="list-style-type: none">VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	5	Un
54.	Resina Acrílica Autopolimerizável em Pó – TDV Embalagem com 450g. COR ROSA <ul style="list-style-type: none">VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	5	Un
55.	Resina Acrílica Autopolimerizável em Pó – TDV Embalagem com 450g. COR INCOLOR VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	5	Un
56.	Tesoura cirúrgica íris reta 11,5cm em aço inox	10	Un
57.	Vaselina Sólida 500g – marca brasileira tipo Lysanda <ul style="list-style-type: none">Embalagem com 500g.VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	5	Um
58.	Conformador de cera	5	Un

II – Os materiais deverão ser entregues nas formas, quantidades e prazos estabelecidos, atendendo as especificações constantes neste edital e seus anexos, bem como estarem acondicionados adequadamente, sob pena de não recebimento dos mesmos ou, após o recebimento, com procedimento de devolução.

III – Fica a cargo da empresa vencedora a entrega dos materiais nos locais onde o Município indicar.

IV - Fica a cargo da empresa vencedora a entrega dos materiais NA QUANTIDADE que o Município solicitar;

V – Os quantitativos indicados são meramente estimados, não acarretando qualquer obrigação quanto a sua contratação por parte desta municipalidade.

VI – As quantidades que vierem a ser contratadas serão definidas em “Contrato” ou “Nota de Empenho”.

VII – A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar contratação, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO REGISTRADO

Os preços registrados nesta ATA constam na ata de abertura e da proposta da empresa registrada, que é parte integrante desta ata, sendo os seguintes valores:

Item	Descrição	Valor Unitário
01		

Parágrafo único. Os preços Registrados são considerados completos e suficientes para o fornecimento, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação por parte da COMPROMITENTE FORNECEDORA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

I - Caberá à COMPROMITENTE FORNECEDORA, fornecer todos os equipamentos, veículos e mão de obra para executar os procedimentos de sua competência, correndo por sua inteira conta e risco o pagamento de despesas de combustível, manutenção, material de segurança, uniformes, peças, acessórios, motoristas e ajudantes, alimentação e alojamento, transporte, pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais e toda e qualquer despesa referente ao fornecimento respondendo pelo mesmo atual e futuramente. Cabendo, também, refazer, corrigir ou reparar qualquer fornecimento impugnado pela fiscalização, sem que venha a incorrer em ônus para o CONTRATANTE.

II - Os produtos deverão ser entregues em local a ser determinado pelo Município, em até 05 (cinco) dias úteis, após requisição do Município.

III – Caso a COMPROMITENTE FORNECEDORA não emita o comprovante imediato da ordem de fornecimento expedida pelo Município, para fins de cumprimento do item anterior, considerar-se-á como recebida a ordem no primeiro dia útil seguinte a data do envio.

IV – Caso a COMPROMITENTE FORNECEDORA não emita o comprovante imediato da ordem de fornecimento expedida pelo Município, para fins de cumprimento do item anterior, considerar-se-á como recebida a ordem no primeiro dia útil seguinte a data do envio.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS E PAGAMENTO

I - O acompanhamento e fiscalização do fornecimento, objeto desta licitação, será realizada por servidores municipais designados, que farão o recebimento nos termos do artigo 140, I, "a" e "b", da Lei n.º 14.133/21, da seguinte forma:

- provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.



II - A fiscalização do fornecimento contratado será efetuada por técnicos designados pelo Município, que deverão dispor de amplo acesso às informações que julgarem necessários.

III - Produtos incompletos, defeituosos ou em desacordo, deverão ser substituídos, imediatamente, ficando sujeita às sanções previstas neste edital.

IV - Quando da verificação, se os produtos não atenderem às especificações solicitadas, serão aplicadas as sanções previstas neste edital.

V - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o recebimento dos produtos e a verificação de sua conformidade, em conta bancária a ser fornecida pela COMPROMITENTE FORNECEDORA, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

VI - Fica a Compromitente Fornecedora obrigada à retenção do Imposto de Renda Retido em seus pagamentos conforme IN-RFB nº 1.234/2012 e Decreto Executivo Municipal nº 44/2022, devendo a mesma emitir os documentos fiscais observadas as disposições da citada Instrução Normativa, observando o correto destaque do valor do Imposto de Renda a ser retido.

VII - Fica a Compromitente Fornecedora, juntamente com a Secretaria responsável, cientes de que todas as notas fiscais, com exceção das emitidas por empresa optante pelo Simples Nacional, deverão ser entregues na contabilidade no mês em que forem emitidas.

VIII - A inadimplência da Compromitente Fornecedora com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao Município, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, § 1.º, da Lei Federal n.º 14.133/21.

IX - Em caso de reclamatória trabalhista contra a licitante vencedora em que o Município seja incluído no polo passivo da demanda, independente da garantia ofertada, será retido, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência desta Ata é de 12 (doze) meses contados desta data, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para aquisição do objeto desta Ata os recursos previstos correrão por conta das dotações que se fizerem necessárias às compras.

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2060 – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF, PACS, PIM E AGVS)
33903000000000: 1500/0040 - 850 - MATERIAL DE CONSUMO
33903000000000: 1600/4500 - 851 - MATERIAL DE CONSUMO
33903000000000: 1621/4090 - 853 - MATERIAL DE CONSUMO
33903000000000: 1621/4011 - 852 - MATERIAL DE CONSUMO
33903000000000: 1500/0040 - 854 - MATERIAL DE CONSUMO
33903000000000: 1500/0040 - 858 - MATERIAL DE CONSUMO
33903000000000: 1600/4500 - 859 - MATERIAL DE CONSUMO
33903000000000: 1621/4090 - 861 - MATERIAL DE CONSUMO
33903000000000: 1621/4011 - 860 - MATERIAL DE CONSUMO



CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE FORNECEDORA

Caberá a Compromitente Fornecedora:

I - Fornecer toda a mão-de-obra, todos os equipamentos, ferramentas, máquinas, e veículos necessários para o fornecimento de sua competência, correndo por sua inteira conta e risco, as despesas com o equipamento, e, também com alimentação, alojamento de toda equipe de trabalho, transporte e encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados ao Município e/ou a terceiros.

II - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, sem que isso venha a incorrer em ônus para o Município.

III - Assumir a responsabilidade de todos os riscos enquanto o fornecimento não for concluído e recebido pelo Município, através da Equipe de Fiscalização.

IV - Obriga-se, durante a vigência do presente Registro de Preços, a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de abertura.

V - Indenizar terceiros e o Município, todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o Código Civil Brasileiro.

VI - Obriga-se a cumprir fielmente as normas estabelecidas no Edital e esta Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

VII - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, resultantes da execução do presente contrato.

VIII - Responsabiliza-se civil e criminalmente pela execução do fornecimento, objeto deste contrato, bem como solidez e segurança dos fornecimentos realizados, na forma da Legislação Civil e, por todos e quaisquer acidentes sofridos por empregados e prepostos seus, bem como quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de negligência ou imperícia de seus empregados ou prepostos, ou, ainda por fatos ou danos oriundos do equipamento utilizado para prestação do labor avançado.

IX - A COMPROMITENTE FORNECEDORA deverá atender às Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho e Emprego atinentes às atividades desempenhadas, em especial as de número 04, 05, 06, 07, 09, 12 e 17, incidindo a Contratada, nas penalidades previstas em contrato em caso de descumprimento.

X - A COMPROMITENTE FORNECEDORA deverá atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, estando ciente das infrações previstas no art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

XI - A COMPROMITENTE FORNECEDORA deverá cumprir, durante todo o período de vigência, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021.



XII - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XIII - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

XIV - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

XV - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

São obrigações da ADMINISTRAÇÃO:

I - Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, objeto deste contrato, através de seus fiscais.

II - Efetuar os pagamentos, desde que tenha havido o recebimento e a aprovação dos produtos.

III - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente Ata de Registro de Preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IV - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela COMPROMITENTE FORNECEDORA.

V - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela COMPROMITENTE FORNECEDORA com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da COMPROMITENTE FORNECEDORA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

A ADMINISTRAÇÃO, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 104 e 156, incisos I, II, III, IV e §1º ao § 9º da Lei Federal nº 14.133/21, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto na presente Ata de Registro de Preços e/ou com a proposta apresentada.

II - Pelo atraso no fornecimento dos produtos, além do prazo estipulado, aplicação de multa na razão de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da Nota de Empenho, até 5 (cinco) dias consecutivos de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a



Nota de Empenho e aplicada as penas previstas no art. 156, III, §4º, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo máximo 36 (trinta e seis) meses

III – Fornecimento em desacordo com o solicitado, não atendimento as impugnações, não correção e/ou reparo, será aplicada de multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses

IV - Quando da reincidência em imperfeição já notificada pela ADMINISTRAÇÃO, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho por reincidência, sendo que a COMPROMITENTE FORNECEDORA terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação do fornecimento. Após 3 (três) reincidências e/ou após o prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses.

§ 1º. Com fundamento no artigo 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de David Canabarro - RS pelo prazo máximo de 3 (três) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a COMPROMITENTE FORNECEDORA que:

- a - dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
- c - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e - não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação formalização, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

§ 2º. Com fundamento no artigo 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a COMPROMITENTE FORNECEDORA que: que:

- a - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços;
- b - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução;
- c - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 3º. Para os fins da Subcondição “c” do § 2º, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal.



§ 4º. Na aplicação das penalidades previstas a ADMINISTRAÇÃO considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da COMPROMITENTE FORNECEDORA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe os artigos 156 e 157 da Lei nº. 14.133/21.

§ 5º. As penalidades serão registradas no cadastro da COMPROMITENTE FORNECEDORA, quando for o caso.

§ 6º. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou COMPROMITENTE FORNECEDORA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 7º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 8º. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).

§ 9º. Será facultada apresentação de defesa prévia na ocorrência de quaisquer das situações previstas, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

No caso de incidência de uma das situações previstas neste edital, a licitante será notificada através do endereço eletrônico (e-mail) por ela informado no seu ato de vinculação ao certame; sendo que os prazos concedidos para manifestação fluirão, independentemente da confirmação de leitura da mensagem, após 24 (vinte e quatro) horas da data de remessa.

Será considerado justificado o inadimplemento, nas seguintes situações:

- a - Acidentes que impliquem retardamento na execução do fornecimento, sem culpa da Compromitente Fornecedor.
- b - Falta ou culpa do Município.
- c - Caso fortuito ou força maior, conforme previsto no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Sem que lhe possa ser atribuída responsabilidade de qualquer natureza, fica assegurado ao Município, o direito de fiscalizar o inteiro cumprimento do contrato, obrigando-se a Compromitente fornecedora a facilitar aos fiscais, o acesso a todos os documentos, a fornecer informações e elementos que lhe forem solicitados e a cumprir as determinações que lhe forem feitas, tudo dentro dos prazos estabelecidos nas respectivas notificações.

§ 1º - A fiscalização do fornecimento contratado será efetuada por técnicos do Município e/ou por empresa contratada, que deverá(ão) dispor de amplo acesso às informações que julgar(em) necessários. E anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.



§ 2º - Fornecimentos incompletos, defeituosos ou em desacordo com os Projetos e os Memoriais Descritivos deverão ser refeitos imediatamente, não cabendo ao Município o direito à indenização, ficando a mesma sujeita às sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

I - O beneficiário do registro de preços, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o equilíbrio econômico dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do produto quando solicitado pela Administração, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

II – O Município poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantido a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional.

III - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 124 da Lei n.º 14.133/21.

a) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ou elevação daqueles praticados no mercado.

b)- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município:

1. convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

2. frustrada a negociação e comprovado que o preço registrado é superior ao de mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

3. convocará os demais fornecedores registrados visando igual oportunidade de negociação.

IV - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

V - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços para o item, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata, quando:



- I - O fornecedor não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata, sem justificativa aceitável;
- II - Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;
- III - Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;
- IV - Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 155, I, II e III da Lei 14.133/21;
- V - Por razão de interesse público, devidamente motivado.

§ 1º. No caso de cancelamento do registro de preço, devidamente justificado nos autos do Processo, terá a COMPROMITENTE FORNECEDORA o prazo de 05 (cinco dias) úteis, contados da notificação, para apresentar o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º. O cancelamento do registro de preço poderá ensejar a convocação do fornecedor com classificação imediatamente subsequente ou a realização de nova licitação para a aquisição do produto, a critério da ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEI REGRADORA

A presente contratação reger-se-á pela Lei nº 14.133/21, o edital de Pregão nº 19/2025 e seus anexos, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Esta Ata fica vinculada ao processo licitatório modalidade Pregão N° 19/2025 e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Casca - RS com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente contratação.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

David Canabarro - RS, de de 2025.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO



Lauro Antônio Benedetti
Prefeito Municipal
ADMINISTRAÇÃO

COMPROMITENTE FORNECEDORA

Aprovado:

OAB/RS
Advogado



ANEXO XII

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

Município de David Canabarro/RS

Area requisitante: Secretaria Municipal de Saúde

Objeto de contratação: aquisição de materiais odontológicos para a confecção de moldes para próteses dentárias sob medida, para atender as necessidades do programa de saúde bucal do Município, de acordo com a PORTARIA GM/MS N.º 2.625 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de materiais odontológicos para a confecção de moldes para próteses dentárias sob medida, para atender as necessidades do programa de saúde bucal do Município, de acordo com a PORTARIA GM/MS N.º 2.625 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

JUSTIFICATIVA

A aquisição de materiais odontológicos específicos para moldagem de próteses dentárias é de fundamental importância para a continuidade e qualidade dos atendimentos odontológicos prestados à população. Esses materiais são indispensáveis para a confecção de moldes precisos, que permitem o planejamento e a fabricação de próteses totais, parciais ou unitárias, promovendo a reabilitação oral de pacientes com perda dentária.

Os materiais de moldagem, como alginato, silicone de adição, pasta de zinco-eugenol, entre outros, são essenciais para garantir a fidelidade na reprodução das estruturas bucais, possibilitando a produção de próteses com melhor adaptação, conforto e funcionalidade. A correta moldagem é etapa crítica do processo protético e impacta diretamente no sucesso do tratamento, na saúde bucal e na qualidade de vida do paciente.

Além disso, a demanda por próteses dentárias é constante, especialmente em populações em situação de vulnerabilidade social que dependem dos serviços públicos de saúde para restabelecer funções básicas como a mastigação e a fala, além da autoestima.

Portanto, a aquisição desses materiais se faz necessária para garantir a continuidade dos atendimentos, cumprir o cronograma de reabilitação oral da unidade de saúde e assegurar o direito dos cidadãos ao acesso a serviços odontológicos de qualidade, conforme os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).



DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Aquisição desse tipo de material odontológico acontecerá mediante Processo Licitatório por Pregão Eletrônico, vinculado a um contrato, com base nas condições a serem fixadas aqui neste ETP e no Termo de Referência.

A solução proposta abrange diversas etapas e aspectos fundamentais para assegurar a qualidade e a segurança dos serviços prestados. A seguir, uma descrição detalhada da solução como um todo:

1. Seleção da Empresa: Realização de um processo seletivo de pregão eletrônico para identificar e contratar uma empresa que cumpra todos os requisitos para o fornecimento seguro e eficiente dos equipamentos objetos da licitação.
2. Avaliação das propostas com base em critérios de qualidade, custo-benefício, prazos de execução, garantia da entrega e conformidade com normas e regulamentações.
3. Documentação e Relatórios: A empresa fornecerá toda a documentação necessária, incluindo, orçamentos detalhados.
4. Comunicação e Suporte: Estabelecimento de um canal de comunicação direto e eficiente entre a Secretaria de Saúde e a empresa contratada, facilitando o acompanhamento dos serviços e a resolução de quaisquer problemas emergentes. Suporte técnico disponível para responder a dúvidas e fornecer assistência imediata quando necessário.

Esta solução integrada garante que os produtos estejam em perfeitas condições.

A contratação de empresas para fornecimento assegura que os produtos adquiridos sejam do mais alto padrão de qualidade, refletindo o compromisso da Secretaria com a população.

ESPECIFICAÇÃO DE BENS E VALORES

A contratação de empresa para o serviço de fornecimento de alimentos será feita através de um processo licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, seguindo as leis vigentes no momento.

A garantia de que esta necessidade será suprida trará maior segurança para que as pessoas que dependem dos produtos sejam atendidas/cumpridas da melhor forma possível.

Portanto, a necessidade de realização de um processo licitatório para que haja abertura de participação de várias empresas, proporcionando ampla e aberta concorrência, e da mesma forma, economicidade para o ente público.

A aquisição será feita conforme a necessidade de utilização pela secretaria que necessita de produto sem prejudicar as demandas desenvolvidas dentro do município.

Assim, a melhor solução encontrada para questão de fornecimento de alimentação, foi buscar uma orçamentação com empresas, bem como pesquisar no site do Governo Federal Painel de Preços e, a partir disso, encontrar o menor valor para cada item e fixar preço.

Abaixo, tabelas com especificações dos valores de cada produto:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO



Item	Descrição dos Produtos	Qtid e	Un	CASTELI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS – CNPJ 18.422.884/0001-38	ORTO MULLER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS – CNPJ 18.374.838/0001-00	PRS – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS – CNPJ 86.797.230/0001-49	MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TOTAL
1.	Alginato Avagel Tipo II - Dentsply Sirona • Embalagem com 410g. • VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	20	Un	R\$ 40,00	R\$ 36,00	R\$ 41,00	R\$ 39,00	R\$ 780,00
2.	Alginato Tipo I Jeltrate Plus - Dentsply Sirona • Embalagem com 454g. • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	20	Un	R\$ 74,00	R\$ 70,00	R\$ 75,00	R\$ 73,00	R\$ 1.460,00
3.	Alicate Ortodôntico Angle Bending 139 • Embalagem com 1 unidade.	2	Un	R\$ 119,00	R\$ 115,00	R\$ 120,00	R\$ 118,00	R\$ 236,00
4.	Alicate Ortodôntico de Bico Chato Nº 121 • Embalagem com 1 unidade.	2	Un	R\$ 119,00	R\$ 115,00	R\$ 120,00	R\$ 118,00	R\$ 236,00
5.	Alicate, tipo Torquês Turquesa, 12 Polegadas	2	Un	R\$ 158,00	R\$ 154,00	R\$ 159,00	R\$ 157,00	R\$ 314,00
6.	Babador Impermeável Branco - Tamanho 30cmx40cm • Embalagem com 100 unidades.	40	Pac	R\$ 34,00	R\$ 30,00	R\$ 35,00	R\$ 33,00	R\$ 1.320,00
7.	Broca de Tungstênio Maxicut PM Corte liso médio 70. Fabricada em carbetto de tungstênio. Formato: Bala. Diâmetro da parte ativa: Ø 060 (6mm). Comprimento da parte ativa (L): 14mm.	2	Un	R\$ 89,00	R\$ 85,00	R\$ 90,00	R\$ 88,00	R\$ 176,00
8.	Broca Ninja de Tungstênio Corte Grosso PM - Peça de mão. • Embalagem com 1 unidade.	2	Un	R\$ 89,00	R\$ 85,00	R\$ 90,00	R\$ 88,00	R\$ 176,00
9.	Cera 7 Rosa Lâmina – tipo Lysanda Embalagem com 18 lâminas de cera. • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA 25,00	10	Cx	R\$ 29,00	R\$ 25,00	R\$ 30,00	R\$ 28,00	R\$ 280,00
10.	Cera utilidade Utilidade – marca brasileira tipo Lysanda • Embalagem com 5 unidades. • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	5	CX	R\$ 29,00	R\$ 25,00	R\$ 30,00	R\$ 28,00	R\$ 140,00
11.	Compasso de ponta seca • Embalagem com 1 unidade.	3	un	R\$ 194,00	R\$ 190,00	R\$ 195,00	R\$ 193,00	R\$ 579,00
12.	Compasso de Willis • Embalagem com 1 unidade.	3	Un	R\$ 47,40	R\$ 43,40	R\$ 48,40	R\$ 46,40	R\$ 139,20
13.	Concha De Alumínio	3	Un	R\$ 127,00	R\$ 123,00	R\$ 128,00	R\$ 126,00	R\$ 378,00
14.	Cuba de Borracha Grande – alginato • Embalagem com 1 unidade .	12	Un	R\$ 17,00	R\$ 13,00	R\$ 18,00	R\$ 16,00	R\$ 192,00



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO



15.	Disco Diamantado para Troquel • Embalagem com 1 unidade.	12	Un	R\$ 148,00	R\$ 144,00	R\$ 149,00	R\$ 147,00	R\$ 1.764,00
16.	Escala de cores NEW ACE YAMAHACHI - cores A1 - D4 - Com 16 cores	2	Un	R\$ 184,00	R\$ 180,00	R\$ 185,00	R\$ 183,00	R\$ 366,00
17.	Escova de Aço para Polimento PM • Embalagem com 1 unidade	4	Un	R\$ 24,00	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 23,00	R\$ 92,00
18.	Esculpidor Holleback 3S • Embalagem com 1 unidade.	4	Un	R\$ 24,00	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 23,00	R\$ 92,00
19.	Esculpidor Lecron • Embalagem com 1 unidade.	4	Un	R\$ 24,00	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 23,00	R\$ 92,00
20.	Esculpidor Lecron N° 5 Oitavado – • Embalagem com 1 unidade.	4	Un	R\$ 24,00	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 23,00	R\$ 92,00
21.	Espátula Dupla Para Cera N° 31 • Embalagem com 1 unidade.	5	Un	R\$ 24,00	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 23,00	R\$ 115,00
22.	Espátula para Cera N° 7 • Embalagem com 1 unidade.	12	Un	R\$ 24,00	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 23,00	R\$ 230,00
23.	Espátula Plástica Cigana para Alginato • Embalagem com 1 unidade.	12	Un	R\$ 19,00	R\$ 15,00	R\$ 20,00	R\$ 18,00	R\$ 180,00
24.	Espátula Simples N° 24 – • Embalagem com 1 unidade.	12	Un	R\$ 24,00	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 23,00	R\$ 230,00
25.	Especimetro instrumental odontológico • Embalagem com 1 unidade	4	Un	R\$ 64,00	R\$ 60,00	R\$ 65,00	R\$ 63,00	R\$ 189,00
26.	Faca para Gesso Cabo de Plástico • Embalagem com 1 unidade.	4	Un	R\$ 19,00	R\$ 15,00	R\$ 20,00	R\$ 18,00	R\$ 90,00
27.	Gesso Comum Tipo II - Na cor Branca. • Embalagem com 1kg. • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	40	Un	R\$ 14,00	R\$ 10,00	R\$ 15,00	R\$ 13,00	R\$ 520,00
28.	Gesso Pedra Tipo III Na cor Amarela. • Embalagem com 1kg. • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	40	Un	R\$ 24,00	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 23,00	R\$ 920,00
29.	Lamparina a Álcool • Embalagem com 1 unidade.	4	Un	R\$ 71,00	R\$ 67,00	R\$ 72,00	R\$ 70,00	R\$ 210,00
30.	Lamparina Hannau Life Point Simples - S. E. Comercial • Embalagem com 1 unidade.	4	Un	R\$ 47,00	R\$ 43,00	R\$ 48,00	R\$ 46,00	R\$ 138,00
31.	Mandril PM • Embalagem com 1 unidade.	4	Un	R\$ 16,00	R\$ 12,00	R\$ 17,00	R\$ 15,00	R\$ 60,00
32.	Medidor de água para alginato - Conjunto	5	Un	R\$ 9,00	R\$ 5,00	R\$ 10,00	R\$ 8,00	R\$ 40,00
33.	Medidor de pó para alginato - Conjunto;	5	Un	R\$ 9,00	R\$ 5,00	R\$ 10,00	R\$ 8,00	R\$ 40,00
34.	Micromotor de Bancada LB100 - Bivolt. • Unidade de comando LED de energia e/ou comando • Função Avanço/Reverso • Função Manual/Pausa • Display de velocidade • Botão de velocidade	2	Un	R\$ 1,184,00	R\$ 1,180,00	R\$ 1,185,00	R\$ 1.183,00	R\$ 2.366,00



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO



	<ul style="list-style-type: none">• Conector do motor• Conector do pedal• Cabo de alimentação• Liga (I)/Desliga (0)• Pedal• Suporte de bancada• Mandril de segurança• Anel central para abertura de pinça• Peça de mão / Caneta• Embalagem com 1 unidade.							
35.	Moldeira Total Perfurada de Plástico Sortidas. • Embalagem com 16 unidades. 8 inferiores e 8 superiores.	4	PAC	R\$ 109,00	R\$ 105,00	R\$ 110,00	R\$ 108,00	R\$ 432,00
36.	Moldeira Total Perfurada de Plástico - Tamanho 4. • Embalagem com 2 unidades (1 inferior e 1 superior).	4	Pac	R\$ 24,00	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 23,00	R\$ 92,00
37.	Moldeira Total Perfurada de Plástico - Tamanho 5. • Embalagem com 2 unidades (1 inferior e 1 superior).	4	Pac	R\$ 24,00	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 23,00	R\$ 92,00
38.	Moldeira Total Perfurada de Plástico - Tamanho 6. • Embalagem com 2 unidades (1 inferior e 1 superior).	4	Pac	R\$ 24,00	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 23,00	R\$ 92,00
39.	Pasta Zinco-Enólica – marca brasileira tipo Lysanda - Kit com 1 pasta base de 60g e 1 pasta aceleradora de 60g • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	10	Kit	R\$ 64,00	R\$ 60,00	R\$ 65,00	R\$ 63,00	R\$ 630,00
40.	Pinça Para Carbono Tipo Muller • Embalagem com 1 unidade.	6	Un	R\$ 45,00	R\$ 41,00	R\$ 46,00	R\$ 44,00	R\$ 264,00
41.	Pinças Chato Para Pintura Tecido Madeira tamanho 10 mm	5	Un	R\$ 49,00	R\$ 45,00	R\$ 50,00	R\$ 48,00	R\$ 240,00
42.	Pinças Chato Para Pintura Tecido Madeira tamanho 20 mm	5	Un	R\$ 49,00	R\$ 45,00	R\$ 50,00	R\$ 48,00	R\$ 240,00
43.	Placa de vidro de 1cm de espessura, 8cmX 15cm	12	Un	R\$ 24,00	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 23,00	R\$ 230,00
44.	Polidor de Acrílico Exa-Technique PM – TIPO Edenta ogiva amarela	5	Un	R\$ 36,00	R\$ 32,00	R\$ 37,00	R\$ 35,00	R\$ 175,00
45.	Polidor de Acrílico Exa-Technique PM – TIPO Edenta ogiva cinza	5	Un	R\$ 36,00	R\$ 32,00	R\$ 37,00	R\$ 35,00	R\$ 175,00
46.	Polidor de Acrílico Exa-Technique PM – TIPO Edenta ogiva verde	5	Un	R\$ 36,00	R\$ 32,00	R\$ 37,00	R\$ 35,00	R\$ 175,00
47.	Pote Dappen de Silicone • Embalagem com 1 unidade.	10	Un	R\$ 24,00	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 23,00	R\$ 230,00
48.	Pote Paladon de Vidro Com Tampa – • Embalagem com 1 unidade.	5	Un	R\$ 34,00	R\$ 30,00	R\$ 35,00	R\$ 33,00	R\$ 165,00
49.	Prendedor de Babador Jacaré Corrente • Embalagem com 1 unidade.	5	Un	R\$ 14,00	R\$ 10,00	R\$ 15,00	R\$ 13,00	R\$ 65,00



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVID CANABARRO



50.	Régua Fox com Arco - Fabricado em Alumínio. • Embalagem com 1 unidade	2	Un	R\$ 107,00	R\$ 103,00	R\$ 108,00	R\$ 106,00	R\$ 212,00
51.	Régua metálica milimetrada;	5	Un	R\$ 24,00	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 23,00	R\$ 115,00
52.	Régua Plástica Flexível, mínimo 15 cm.	3	Un	R\$ 34,00	R\$ 30,00	R\$ 35,00	R\$ 33,00	R\$ 99,00
53.	RESINA - AUTO POLIMERIZAVEL, LÍQUIDA 1000ML, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	5	Un	R\$ 134,00	R\$ 130,00	R\$ 135,00	R\$ 133,00	R\$ 665,00
54.	Resina Acrílica Autopolimerizável em Pó – TDV Embalagem com 450g. COR ROSA • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	5	Un	R\$ 104,00	R\$ 100,00	R\$ 105,00	R\$ 103,00	R\$ 515,00
55.	Resina Acrílica Autopolimerizável em Pó – TDV Embalagem com 450g. COR INCOLOR • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	5	Un	R\$ 104,00	R\$ 100,00	R\$ 105,00	R\$ 103,00	R\$ 515,00
56.	Tesoura cirúrgica íris reta 11,5cm em aço inox	10	Un	R\$ 29,00	R\$ 25,00	R\$ 30,00	R\$ 28,00	R\$ 280,00
57.	Vaselina Sólida 500g – marca brasileira tipo Lysanda • Embalagem com 500g. • VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	5	Um	R\$ 79,00	R\$ 75,00	R\$ 80,00	R\$ 78,00	R\$ 390,00
58.	Conformador de cera	5	Un	R\$ 40,00	R\$ 36,00	R\$ 41,00	R\$ 39,00	R\$ 195,00



Somando os valores totais chega-se à quantia de R\$ 20.850,20 (vinte mil oitocentos e cinquenta reais e vinte centavos)

O valor refere-se a estimativa de necessidade para o período de 12 (doze) meses.

Segue em anexo as planilhas com levantamento dos orçamentos e estimativa de quantidade de cada item da secretaria solicitante.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- a. Estarão aptas a participar do processo licitatório todas as empresas que acorrerem aos documentos exigidos e explicitados neste documento e no Termo de Referência.
- b. Para fornecimento dos produtos a empresa vencedora deverá comprovar que atua no ramo da atividade compatível com o objeto a ser licitado, bem como apresentar os documentos necessários para sua habilitação.
- c. A presente contratação será prevista para 12 (doze) meses a contar da assinatura ou até o esgotamento das quantidades licitadas. Caso ainda exista objeto inicialmente licitado, o mesmo poderá ser prorrogado uma única vez, por até igual período.
- d. A administração necessita de garantia de que fornecimento do produto ora licitado seja atendido com o máximo de eficiência e rapidez, para que não deixe de atender suas demandas.
- e. É necessário que a(s) empresa(s) disponham dos produtos necessários para o fornecimento no momento da solicitação, pois não pode protelar ou aguardar por tempo indeterminado;
- f. A empresa deverá informar um e-mail válido para envio dos pedidos.
- g. A empresa deverá ter disponibilidade para entregar os itens, conforme a necessidade, diretamente na UBS – Unidade Básica de Saúde, na Rua Progresso, n.º 159, na cidade de David Canabarro-RS.
- h. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
- i. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
- j. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

REQUISITOS DE ENTREGA DOS MATERIAIS

- a. A empresa deverá ter disponibilidade para entregar os itens, conforme a necessidade, diretamente na unidade do UBS – Unidade Básica de Saúde, na Rua Progresso, n.º 159, na cidade de David Canabarro-RS.
- b. A empresa deverá garantir a capacidade de atendimento às quantidades demandadas, considerando que as entregas ocorrerão de forma parcelada, podendo ser solicitadas remessas em volumes reduzidos.
- c. No momento da entrega, os produtos fornecidos devem estar em perfeita condição de higiene e conservação. As embalagens dos produtos devem estar em perfeitas condições, intactas e sem perfurações, apresentando a data de validade de acordo com o descrito no edital, contado a partir da data de entrega.



- d. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, atendendo à descrição do item de acordo com o termo de referência deste edital e ao disposto na legislação. As características de cada produto devem respeitar o que estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- e. **Trocas E Substituições:** A secretaria deverá ser informada caso a empresa não consiga atender à totalidade do pedido ou caso haja necessidade de troca de item por motivos devidamente justificados. Produtos recusados por não estarem de acordo com a descrição que consta neste edital deverão ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do dia da entrega do produto que não estava de acordo com as condições exigidas.
- f. **Cancelamento:** A contratante poderá solicitar cancelamento de gêneros constantes nas planilhas fornecidas com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.
- g. **Visitas Técnicas:** A secretária de saúde de David Canabarro poderá realizar visitas técnicas aos fornecedores e verificar se o local está cumprindo com as legislações vigentes para cada tipo de material. Em casos que seja constatada a inadequação do cumprimento das normas, o fornecedor poderá ser desclassificado, inclusive durante a vigência do contrato.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As proponentes deverão apresentar atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, comprovando a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

As proponentes deverão apresentar Licença de funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária local;

Autorização de funcionamento junto à ANVISA, quando aplicável.

Certificados que comprovem que os produtos atendem às normas sanitárias vigentes.

Comprovação de que os materiais seguem normas da ABNT ou ISO específicas para produtos odontológicos.

DA FISCALIZAÇÃO

A Secretaria de Saúde será responsável pela fiscalização do fornecimento dos produtos, observando todos os aspectos estipulados (prazo de entrega, local de entrega, observância acerca da qualidade e marca dos produtos contratados).

Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias.

O servidor ao receber o produto fica responsável pela avaliação das características na ocasião da entrega, estando autorizado a recusar o produto que apresentar qualquer característica que o torne impróprio para consumo ou que não estiver de acordo com o descrito no termo de referência deste edital ou legislação pertinente.

A assinatura da nota e da planilha de recebimento fica condicionada à entrega de todos os itens de acordo com a qualidade descrita e quantidades especificadas.

Serão observados todos os aspectos estipulados (prazo de entrega, local de entrega, validade, quantidade, observância acerca da qualidade e marca dos produtos contratados).



A aceitação estará condicionada à devida fiscalização dos servidores envolvidos. Não serão aceitos produtos cujas características não estejam de acordo com a qualidade exigida ou em condições de armazenamento e transporte que não sejam satisfatórias.

DA ENTREGA DOS PRODUTOS – LOCAL PERIODICIDADE

Os itens deverão ser entregues, conforme a necessidade, diretamente na UBS – Unidade Básica de saúde Antonio Seganfredo, na Rua Progresso, nº 159, na cidade de David Canabarro-RS.

Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações.

DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal eletrônica, em até 15 (quinze) dias após a entrega e aceitação dos produtos, com o devido ateste de recebimento.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A fornecimento dos alimentos será pelo prazo de 12 (doze) meses.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Os produtos deverão ser entregues no endereço acima especificado.

Fornecer integralmente os materiais odontológicos constantes do Termo de Referência, atendendo rigorosamente às especificações técnicas, marcas (quando indicadas) e quantidades solicitadas.

Realizar as entregas no prazo estabelecido pela Administração, observando que o fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, inclusive em pequenas quantidades, conforme necessidade.

Garantir a qualidade e procedência dos produtos, assegurando que sejam novos, de primeiro uso, devidamente embalados, dentro do prazo de validade e acompanhados das respectivas instruções de uso, quando aplicável.

Cumprir as exigências legais e sanitárias, apresentando, sempre que solicitado, documentos como: licença de funcionamento, autorização da ANVISA e demais certificações pertinentes.

Responsabilizar-se pelo transporte, manuseio e descarregamento dos materiais no local de entrega indicado pela Administração, sem ônus adicional para esta.

Os entregadores deverão estar devidamente identificados com o nome da empresa, uniformizados (camisa, sapato, calça, crachá, boné) com hábitos de higiene satisfatórios (uniforme limpos, higiene pessoal adequada, barba e bigode aparado, cabelo protegido sem adornos e unhas aparadas), conforme boas práticas de fabricação/produção de alimentos possuindo boa conduta e relacionamento no local de entrega.



Caso seja detectado alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas.

Demais obrigações em conformidade com a Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinente.

Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil decorrentes da execução do presente contrato;

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na Lei Licitatória;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, na forma estabelecida do edital e no contrato;

Rejeitar os produtos que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da contratante;

Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares à execução dos serviços ora licitados;

Notificar a contratada, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da prestação dos serviços.

Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo de Referência.

ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES:

Esclarecimentos e informações deverão ser solicitadas diretamente no Portal de Compras Públicas – PCP – plataforma onde será realizado o pregão – em campo específico – www.portaldecompraspublicas.com.br .

FONTE DE RECURSOS

Conforme Declaração de Disponibilidade Orçamentária juntada ao processo, a disponibilidade orçamentária será alocada na rubrica abaixo:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2060 – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF, PACS, PIM E AGVS)

3390300000000: 1500/0040 - 850 - MATERIAL DE CONSUMO

3390300000000: 1600/4500 - 851 - MATERIAL DE CONSUMO

3390300000000: 1621/4090 - 853 - MATERIAL DE CONSUMO

3390300000000: 1621/4011 - 852 - MATERIAL DE CONSUMO

3390300000000: 1500/0040 - 854 - MATERIAL DE CONSUMO

3390300000000: 1500/0040 - 858 - MATERIAL DE CONSUMO

3390300000000: 1600/4500 - 859 - MATERIAL DE CONSUMO

3390300000000: 1621/4090 - 861 - MATERIAL DE CONSUMO

3390300000000: 1621/4011 - 860 - MATERIAL DE CONSUMO



DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente certame constitui procedimento formal e sério, regido pela legislação vigente, não se tratando de ato meramente informal ou recreativo. Assim, a responsabilidade pela veracidade, precisão e exatidão de todas as informações cadastradas, bem como pelo valor do lance ofertado durante a sessão, é exclusiva do licitante.

Não serão admitidos, sob qualquer hipótese, pedidos de desclassificação, desistência ou anulação de propostas decorrentes de falta de atenção, interpretação equivocada, arrependimento ou qualquer outro motivo imputável ao próprio participante.

Cabe às empresas, antes de apresentar proposta ou ofertar lance, analisar criteriosamente todas as condições do edital, do Termo de Referência e demais documentos, considerando inclusive a possibilidade de sagrarem-se vencedoras de apenas um ou alguns dos itens licitados, conforme o caso, hipótese na qual permanecerão obrigadas a efetuar a entrega integral dos produtos correspondentes aos itens adjudicados, nos prazos e condições estabelecidos.

A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições. Nos preços já estão inclusas todas as despesas tais como: despesa com funcionários, materiais utilizados, impostos, transportes, taxas ou outras.

David Canabarro-RS, 29 de julho de 2025.

Raquela Teresinha Tibolla
Secretária Municipal de Saúde